

Senado deverá aprovar troca de títulos

Expectativa é de que senadores dêem em julho sinal verde para os novos papéis da dívida externa

Rossana Alves

• BRASÍLIA. Os argumentos em favor da reestruturação da dívida externa brasileira apresentados pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Gustavo Franco, e pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, à Comissão de Assuntos Econômicos (CEA) do Senado parecem ter surtido efeito. Até o fim do mês que vem, o Governo deverá receber o sinal verde do Senado para começar a troca dos bônus da dívida externa por no-

vos títulos, a exemplo do que fez o México no mês passado.

Para autorizar a reestruturação, os senadores fazem uma exigência: receber regularmente informações sobre resultados e vantagens obtidas pelo Governo nestas operações. Segundo o relator da proposta, senador Roberto Requião, a idéia é fixar tetos para a troca e prazos para a prestação de contas ao Senado. Concluída cada operação, o Governo enviaria um relatório aos senadores, que autorizariam um novo volume de troca de papéis.

— A troca deverá ser vantajosa para o Governo, mas precisa haver transparência. O Senado quer acompanhar este processo, como ocorreu com a renegociação da dívida externa em 1992 — disse Roberto Requião.

Franco e Portugal ainda vão discutir com os senadores uma fórmula que permita a transparência sem atrapalhar as negociações. Segundo Franco, por ser uma operação de mercado, o Governo não pode revelar antecipadamente os detalhes (data da troca, volume de títulos, taxas de ju-

ros e prazos), sob pena de inviabilizar o negócio.

— O importante é fazer a primeira operação e mostrar os ganhos para o país. A partir daí, todo mundo vai se sentir mais confortável — disse Franco.

O objetivo da equipe econômica é reduzir o estoque da dívida externa e o pagamento de juros a longo prazo. Por conta da renegociação de 1992, os credores internacionais trocaram suas dívidas por bônus emitidos pelo Governo brasileiro, num total de US\$ 43 bilhões. Foram sete tipos de bônus,

que hoje são negociados a cerca de 50% do valor de face.

O que o Governo brasileiro propõe aos detentores dos papéis é trocá-los por outros bônus, no valor total de US\$ 50 milhões, com prazo de 30 anos, mas com juros maiores — numa hipótese, de 13% ao ano. Com isto, se reduz o estoque da dívida externa e o desembolso de juros a longo prazo. Ao mesmo tempo, o Governo pode resgatar no BIS as garantias dos bônus originais, vendê-las e usar o dinheiro para recomprar mais títulos com deságio. ■